

FRACASSO ESCOLAR NO BRASIL: SISTEMA CASA GRANDE E SENZALA DE ENSINO

Ryanne Mayse Chalega Lima¹; Maely Carlos da Silva Curvelo²; Sterfane Araújo Ferreira³ Caetano De Carli Viana Costa⁴

Universidade Federal Rural de Pernambuco- UAG; ryanne.lima@outlook.com
Universidade Federal Rural de Pernambuco- UAG; maelycurvelo@hotmail.com
Universidade Federal Rural de Pernambuco- UAG; sterfaneferreira@hotmail.com
Universidade Federal Rural de Pernambuco- UAG; caetanodecarli@gmail.com

Resumo: O presente trabalho trás reflexões sobre a escolarização das camadas populares no Brasil e, mais precisamente do povo negro com enfoque nas estratégias desenvolvidas não só pelo Estado através da escola que é o seu principal aparelho destinado à educação, mas também pelos movimentos da sociedade civil, como é o caso do Movimento Negro frente a essa escolarização na luta pela educação como direito social e como forma de libertação da dominação. Bem como, perceber a significativa contribuição que a Lei 10.639/03 traz como potencializadora para o debate e o desocultamento das questões étnico raciais e para a visibilidade da criança negra na escola. Buscamos nesse trabalho realizar um levantamento bibliográfico com o intuito de identificar e analisar práticas alternativas incorporadas e desenvolvidas por intuições escolares na perspectiva da Lei 10.639 que está em consonância e concretiza os interesses das novas ideias do movimento negro em relação à educação. A escola campo de pesquisa selecionada localiza-se na periferia de Salvador-BA no bairro Arenoso e atende ao público da Educação Infantil. Como resultados alcançados foi possível perceber que a instituição é promotora de um trabalho participativo e em regime de colaboração voltado para a cidadania com ênfase no respeito à multiculturalidade. Salientamos ainda a importância de as discussões voltadas para a educação das relações étnico-raciais iniciassem-se desde a primeira infância, bem como, dessa etapa da escolarização para a construção do sujeito, das primeiras percepções de si e do mundo incentivando a criança a perceber as multiplicidades e singularidades como um modo de contestar as representações discriminatórias e preconceituosas veiculadas e reproduzidas em outros meios sociais contribuindo para a construção de uma escola crítica justa e plural.

Palavras-chave: Escolarização, Movimento Negro, Questões étnico raciais.

Introdução

O objetivo central deste estudo é perceber como a representação dos movimentos sociais, em particular os movimentos de protestos dos negros refletiram frente a escolarização das camadas populares do Brasil e como a luta pela educação passou a ser uma das principais bandeiras defendidas por seus militantes.. E como objetivos concomitantes buscamos nesse trabalho realizar um levantamento bibliográfico com o intuito de identificar e analisar práticas de instituições escolares desenvolvidas por intuições perspectiva da Lei 10.639 que trouxe forte contribuição para a visibilidade das camadas populares e da educação como direito social. Assim como Abramowicz, Oliveira e Rodrigues (2010) consideramos legítimo discutir a criança negra não como uma categoria essencializada, que legitima uma visão que não apenas “pensa a criança”, precisamos organizar nossos

esforços numa abordagem que “vê uma criança”, considerando-a não mais a partir de uma perspectiva universal, mas numa perspectiva singular. “Uma criança e negra é um esforço de tornar possível pensar raça, gênero, sexualidade e classe social, como categorias minoritárias” (ABRAMOWICZ e OLIVEIRA, 2012, p. 51).

Tendo em vista que a sociedade brasileira é marcada pela diversidade cultural e que temos um histórico de colonização pautada na exploração que contribuiu fortemente para a acentuação das desigualdades em todos os aspectos. Apesar do fortalecimento da democracia e de todos os avanços em relação à conquista de igualdade de direitos “pesquisas realizadas a partir da década de 1980 têm demonstrado a existência de comportamentos preconceituosos e de atitudes discriminatórias em relação às crianças pré-escolares[...], sendo essas desigualdades relacionadas, em sua maioria, aos seus pertencimentos étnico raciais”. (BRASIL, 2010 p. 7). Diante disso, faz-se urgente a discussão em todos os âmbitos da sociedade, inclusive nas instituições escolares de Educação Infantil, se fazendo necessário reconhecer que a sala de aula é um ambiente que reflete a diversidade de pensamentos sobre as relações étnicas raciais da comunidade.

O problema da instrução das camadas populares

Aqui analisaremos a partir dos pressupostos de Ivan Illich como o Estado e a escola que é o seu principal aparelho destinado a educação agem frente a esse problema. E como essas ideias se relacionam com os primeiros movimentos de protestos dos negros de na luta pelo direito à educação, contra a dominação por direitos sociais.

Sabe-se a muito que o acesso à educação sempre foi algo para poucos e que apesar dos muitos avanços em relação a políticas sociais de promoção de redistribuição de rendas e democratização de serviços, tal acesso ainda se configura como um problema para muitos dos brasileiros.

Desde o século XIX as elites brasileiras mostravam interesse em desenvolver estratégias de instrução pública para as classes populares, no entanto, muitos dos estudiosos e pesquisadores nos mostram ao longo dos anos o tipo de educação que era pensada e oferecida a essa classes. Sendo assim, não podemos nos enganar de que o interesse das classes dominantes essas estratégias era a democratização e a igualdade de direitos, isso nada mais era do que resultado de um desejo das classes dominantes da época de construir uma nação, e, para tal, se fazia necessário instruir as demais camadas da sociedade.

Dentre as iniciativas educacionais propostas pelo Estado no século XIX estavam a implantação dos cursos noturnos, estes por sua vez objetivavam preparar os adultos para as novas modalidades de trabalho surgidas com as novas demandas sociais que iniciava o processo de modernização nas cidades.

Como nos mostra (Peres, 1995) a instrução era associada ao trabalho que estruturavam um discurso moralista dirigido às classes populares. “Os cursos noturnos para jovens e adultos foram projetados e se expandiram em todo país com o objetivo da civilidade, da moralidade, da liberdade, do progresso, da modernidade, da formação da nacionalidade brasileira, da positividade do trabalho”. No entanto, a autora nos fala também que os cativos e de “raça”, ainda que “libertos”, não estavam inclusos as escolas o que só nos mostra a completa contradição da proposta.

Vemos a partir disso que apesar dos esforços de “educar” toda sociedade brasileira, uma parcela dela desde a construção dessa sociedade, sempre esteve vetada e a margem da proposta.

Não é de nosso interesse nesse trabalho, nos alongar sobre as iniciativas propostas ao longo das décadas destinadas à educação dos negros e das camadas populares em geral, pois a exclusão em relação a esse serviço sofrida por esse público já é a muito debatida e denunciada.

A intenção aqui é, pois, refletir o que fizeram e fazem diante desse cenário marcado pela dominação social os grupos excluídos e em particular os negros, em relação a essas questões.

Gonçalves e Silva (2000) em seu artigo nos mostrar que com a saída do século XIX e entrada no século XX devido as mudanças no mercado de trabalho exigiu-se da população negra das áreas urbanas a criação de novas formas organizacionais por adoção de novos dispositivos psicossociais que os ajudasse a se inserir na sociedade moderna.

Diante disso, emergem os primeiros movimentos de protestos dos negros com o intuito de lutar pela inserção social e pela democracia destacando-se a Frente Negra Brasileira em 1934 na cidade de São Paulo. (Moura, 1983)

Essas entidades que desenvolviam por meio de suas organizações de luta já possuíam uma percepção bastante crítica sobre a situação educacional, ou naquele caso, sobre a ausência dela, fazendo com que tomassem para si a responsabilidade de educar e não como um dever do Estado, devido ao descaso de qualquer providência por parte deste em relação a tal situação.

As iniciativas educacionais das Entidades negras dedicadas a escolarização do seu povo se comprometiam e tinham uma proposta de educação muito diferente daquelas pensadas e propostas pelas classes dominantes e pelo Estado. A educação proposta por aquelas entidades, naquela época já visava uma educação que fosse capaz de não alfabetizar os negros, mas também valorizar sua cultura, seus valores, seus saberes e história.

“Essas entidades já viam a educação como um instrumento de conscientização visando promover uma formação mais completa por meio do qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano”. (Goncalves, 2000, p.37)

Assim alguns segmentos do movimento negro atentam a escolarização pensada e oferecida aos negros inicialmente pelos patrões e depois por algumas iniciativas do Estado como uma educação que não serve, ou muito pouco contribui para a inserção, desenvolvimento e ascensão do povo negro, pois ou o Estado assistia passivamente a falta do serviço educacional para os negros, ou quando propunha iniciativas o fazia de modo a reproduzir e fortalecer a lógica social vigente, em que suas estratégias eram preparar esse contingente para o trabalho, e, claro, para o trabalho de exploração e com as piores condições possíveis, ou quando o Estado tinha boas propostas as mesmas não chegavam a sair do papel e se concretizar.

A equação para o problema: Continuidades e rupturas

A partir de tais reflexões apresentadas faremos agora um paralelo com as ideias de dois dos grandes teóricos que fundamentam a educação brasileira a partir de uma análise crítica do sistema de ensino Paulo Freire e Ivan Illich e a tese de desescolarização da educação. Se os líderes de algumas entidades da Frente Negra viam a educação como algo que deveria ser realizado pela própria iniciativa e esforços dos negros sem esperar do Estado, ambos concordam com esse ideal.

Ivan Illich vê a escola como um local de práticas da opressão do povo latino-americano, e com isso, em sua obra tenta convencer o leitor de que o remédio é a desescolarização da sociedade, pois a educação proposta por ela servem apenas para perpetuar a exploração e a exclusão, desse modo, “é urgente desescolarizar não somente a educação, mas também, a sociedade” (ILLICH, 1985, p. 23).

Faz uma crítica ao sistema capitalista de produção e à maneira como o sistema utiliza os meios de formação de opinião, em especial a escola para eternizar a dominação e o poder de uma determinada classe social. “A escola enquanto aparelho da sociedade civil a serviço da sociedade

política (Estado), prepara o homem para se sujeitar à ordem estabelecida, pois é na escola que o estudante se submete aos “ritos de iniciação à ordem” os quais o conduzem ao batismo com a água da obediência dócil” (ILLICH, 1975, p. 101).

Sendo assim, podemos perceber que a escola tinha seu papel de manipular as pessoas formando personalidades e tipos de comportamentos e convicções e que os líderes dos movimentos negros já haviam se dado conta disso e do que era necessário fazer para livrar-se e reverter a formação social.

Se ao longo dos anos as elites dominantes da sociedade brasileira preocupados com progresso e desenvolvimento da nação viam-se “forçados” a desenvolver estratégias que de alguma forma permitissem o acesso das camadas populares, e, muito depois dos negros à educação, culpando-os atrasarem o objetivo (ILLICH1985, p.22) vai dizer que nem na América do Norte nem na América Latina obtêm os pobres a igualdade através da escolarização obrigatória. Mas em ambas as regiões a simples existência de escolas desencoraja e incapacita os pobres de assumirem o controle da própria aprendizagem. Em todo o mundo a escola tem um efeito antieducacional sobre a sociedade: reconhece-se a escola como a instituição especializada em educação.

Ivan Illich e suas ideias se assemelham a luta dos primeiros movimentos negros, como é o caso da Frente Negra Brasileira, quando defende e propõe que a educação deve ser feita através da criação de redes de convivialidade e oportunidades e que somente através delas, é que se pode alcançar uma educação que atende verdadeiramente aos desejos e necessidades das pessoas que dela participam. Sendo assim, para ele essa rede seria constituída de quatro ramos: 1) um serviço de consulta aos meios educacionais (bibliotecas, laboratórios, teatros, etc.); 2) intercâmbio de habilidades que dêem oportunidade às pessoas de compartilhar suas aptidões; 3) teia de colegas – isto é, uma rede de comunicação que permita às pessoas apresentarem as atividades de aprendizagem nas quais elas querem se engajar para ensinar e aprender; 4) um serviço de consulta aos educadores em geral que podem e querem participar de um diretório, possibilitando o acesso ao seu endereço, ao seu currículo vitae, etc., permitindo, assim, compartilhar os serviços (ILLICH, 1985, p. 132-133).

Para Paulo Freire a educação é comunicação e diálogo, encontro de pessoas que procuram a razão de ser dos acontecimentos (FREIRE, 1977, p. 77), pois, para ele, a educação é diálogo ou não é educação. Sendo assim, a educação cumpre o importante papel de ajudar as pessoas excluídas a não mais se subjugarem à opressão, sendo portanto o maior instrumento a ser utilizado para construir um ideal a partir dos interesses e das visões do coletivo de forma politizada que viria posteriormente ser capaz de confrontar e derrubar os interesses dos opressores.



Sendo assim, confrontando as ideias de Freire com as ideias do Movimento negro podemos perceber que a opressão sofrida pelos negros é uma dupla opressão, ela é tida por raça e por classe e isso piora se o sujeito for mulher, pois esta é oprimida por raça, por classe e por gênero. E o Movimento Negro fazendo a análise que o racismo ele foi institucionalizado e a educação escolar se torna uma forma de dominação e não de libertação se feita para atender aos interesses dos opressores (brancos) formando os negros(oprimidos) conforme estes desejos considerava e defendeu por um período de tempo que somente uma educação feita por eles para eles seria capaz de pleitear verdadeiramente os interesses e as necessidades do povo negro. Portanto, constituindo-se como uma alternativa “a pedagogia do oprimido é uma pedagogia humanista e libertadora” (FREIRE, 1977, p. 41), fundada na reflexão sobre o contexto de exclusão e da situação de opressão na qual os homens e as mulheres se encontram sobre a ação que os incita a sair desse estado de “escravidão”.

A violência gerada pela educação bancária de Freire a autonomia de sujeito vista de forma mais ampla se constitui como uma forma de dominação coletiva a medida que reproduz em larga escala os ideais e interesses dos opressores.

Sendo assim Freire (1998, p.25) vê “o respeito à autonomia e à dignidade do educando como um imperativo ético”. Nenhuma justificativa sejam elas genéticas, sociológicas, históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude e que qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever.

Ivan Illich e Paulo Freire concordam a medida que ambos desenvolvem uma pedagogia crítica frente ao sistema de ensino, ao modelo de educação gerado pelo modo de produção capitalista, ou seja, uma educação bancária pautada no tecnicismo e assimilacionismo desprovido de reflexão. Illich entende a satisfação de necessidades artificiais, no modo de produção capitalista. Na visão de Freire isso se constitui como uma educação descontextualizada em que o oprimido adere aos interesses do opressor e não aos seus próprios.

Para ambos o objetivo da educação é um só: a libertação do homem. “A descolarização está, assim, na raiz de qualquer movimento que tenha por objetivo a libertação do homem” (ILLICH,1985, p. 87). E, sendo assim, a mais radical alternativa para a escola seria uma rede ou um sistema de serviços que desse a cada homem a mesma oportunidade de partilhar seus interesses com outros motivados pelos mesmos interesses.

A luta pela da educação sempre esteve presente no movimento negro como forma de conquista da inserção social. No entanto os ideais e ações dos movimentos negros vão sendo alterados ao longo do tempo.

Silva e Gonçalves (2000) nos falam que entre os militantes a atitude de tomar para si o papel de educar dura até o final dos anos 20. Quanto mais nos aproximamos da metade do século XX podemos perceber um movimento negro com características mais nacionais do que regionais. A existência de políticas públicas de caráter nacional exigia dos atores sociais uma visão de totalidade da realidade nacional.

Diante disso, principalmente com o surgimento do Teatro Experimental do Negro a luta pela educação passa a ser pensada como um direito dos cidadãos e dever do Estado, uma vez que se fazia necessário pensar a situação a nível nacional.

Desde o projeto do Teatro Experimental do Negro a educação é pensada como dever do Estado, no entanto não se descuidaram da educação que seria oferecida por esse Estado para que a mesma passasse por uma reforma na educação e no ensino para o combate ao racismo e que dê o devido valor e reconhecimento ao povo negro, suas tradições, seus valores, sua cultura no geral.

Metodologia

Diante das novas concepções e ideais defendidos pelo movimento negro que graças a sua luta conseguiu reconhecer que as oportunidades educacionais deviam ser ampliadas a nível nacional e com caráter rigoroso na qualidade do serviço educacional. Buscamos nesse trabalho realizar um levantamento bibliográfico com o intuito de encontrar trabalhos que relatassem iniciativas de intuições escolares que desenvolvessem práticas na perspectiva da Lei 10.639 que está em consonância e concretiza os interesses das novas ideias do movimento negro em relação à educação.

Como resultado das pesquisas foi encontrado um livro do MEC intitulado Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnicoraciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03 onde são divulgados dados quantitativos e qualitativos dessas instituições escolares.

Resultados

Diante desse panorama extenso de dados fornecidos pelo MEC nos valem os destes selecionando uma instituição com o objetivo de conhecer e analisar suas práticas. A mesma selecionada localiza-se na periferia de Salvador-BA no bairro Arenoso considerado um bairro violento e atende ao público da



Educação Infantil em sua maioria são alunos que vivem em situação de vulnerabilidade social e, portanto, salientamos a importância do trabalho da instituição para a comunidade como um meio de garantia do direito à educação. A priori estabelecemos como critério para a seleção da instituição que a mesma atendesse ao público de Educação Infantil, visto que esse é um dos espaços de atuação do pedagogo e por considerarmos que as discussões voltadas para a educação das relações étnico-raciais devem-se iniciar desde a primeira infância e a importância dessa etapa da escolarização, pois se quisermos alcançar efetivamente uma educação com equidade e respeito a todos os povos que contribuíram para a constituição do povo brasileiro, sobretudo o povo negro.

Análise dos dados

A partir de categorias de análise selecionamos Escola Municipal Creche 2 (Salvador, BA) a fim de comentar e contribuir na disseminação destas.

O Projeto Griô: Contador de Histórias obteve a primeira colocação no Prêmio. A escola fica localizada na periferia de Salvador, no bairro Arenoso, e a maioria dos moradores são afrodescententes e com precária condição socioeconômica.

Em 2005 a ação passou a fazer parte do PPP da escola, que incluiu como eixo as questões de raça e gênero. O projeto foi construído com a participação da comunidade que é majoritariamente negra. Alguns projetos desenvolvidos pela escola foram citados, como: Projeto Griô; Projeto Agogô; Lendas; Projeto de Leitura e Valorização do Negro entre outros todos de modo a contribuir no processo de formação da identidade étnico-racial das crianças.

“Nas discussões cotidianas quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade”. (SILVA, 2010, p15)

O que a autora quer nos mostrar com sua fala é a importância da proposta pedagógica a ser seguida para a efetivação e vivência cotidiana das ações voltadas para as questões étnico raciais, pois sabemos que toda discussão só é trazida para sala de aula mediante a modificação do currículo escolar e o PPP, assim como, o currículo constituindo-se como documento de identidade, pois neles estarão presentes o ideal de homem, uma identidade ideal a ser incorporada. O PPP também constitui-se como o documento maior de autonomia de uma instituição escolar e, portanto, não pode estar a par dessa transformação. Podemos perceber ainda a preocupação que a escola tem com a

presença da representação negra tanto nos brinquedos, como nos materiais gráficos expostos em todos os ambientes.

De acordo com os dados trazidos pelo livro pais e mães também participam desde a construção inicial do projeto até as formações e debates realizados durante o ano letivo. “A escola desenvolve práticas pedagógicas que apontam para uma compreensão cidadã da diversidade, incentivando a criança a perceber as multiplicidades e singularidades como um modo de contestar as representações discriminatórias e preconceituosas veiculadas e reproduzidas em outros meios sociais”. (2012, p.91)

As concepções presentes no projeto político-pedagógico irão nortear a prática pedagógica da instituição, sendo assim estas devem atender aos interesses da maioria da comunidade que dela usufrui sem, no entanto, esquecer-se dos interesses da maioria da população. Desse modo, Freitas (1991, p. 23) afirma que as novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força – às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio “chão da escola”, com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola. Com isso, reconhecemos a bem-aventurança da escola no convite dos pais por se tratar de um trabalho de parceria e abertura, um trabalho de cidadania.

Considerações finais

Diante das reflexões realizadas podemos perceber que os “fracassos” do sistema de ensino brasileiro podem ser facilmente explicados quando nos debruçamos sobre o percurso histórico percorrido por ele e as desigualdades sobre as quais foi constituído, sobretudo quando falamos da escolarização do povo negro. Podemos perceber significativas mudanças em relação às práticas de ensino voltadas a escolarização das camadas populares de nossa sociedade, tanto em relação à democratização do ensino quanto à implementação de propostas que atendam as especificidades de determinados contingentes pertencentes a essa sociedade. Quando nos referimos à educação do povo negro e seus descendentes essas mudanças são ainda mais notórias, no entanto, não podemos deixar de reconhecer também que muito ainda pode e deve ser feito e o quanto as lutas dos movimentos sociais contribuem para a implementação e fortificação de políticas e programas que ressignifiquem o lugar e o papel do negro no Brasil. Vimos como as visões dos teóricos Paulo Freire e Ivan Illich se entrelaçam e em alguns pontos concordam quando ambos criticam o tipo de educação oferecida as camadas menos favorecidas da sociedade latino-americana e defendem a

“des”-escolarização da sociedade, pois a escola na maior parte dos anos serviu aos interesses da minoria que é a elite branca e contribuiu para reprodução da dominação e, conseqüentemente, da marginalização de uma determinada classe e raça. Portanto nosso intuito foi de denunciar tais aspectos através dessa produção parte das influencias das lutas de um povo historicamente perseguido, mas que não se abateu problematizar e modificar concepções a muito arraigadas no Brasil e no mundo, mas sobretudo surge como empatia pelos povos excluído marjoritariamente negros e aprendizado sobre o tipo de educação que nós profissionais da contemporaneidade queremos e que precisamos urgentemente discutir/problematizar e efetivar como em uma relação dialética ensinada como Freire num movimento de ação, reflexão, ação.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **A criança negra, uma criança e negra.** In: Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas (Org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 75- 96.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

GONCALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz *Gonçalves e.* Movimento negro e educação. *Rev. Bras. Educ. [online].* 2000

GONÇALVES, L. A., **Negros e educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREITAS, Luiz Carlos. **Organização do trabalho pedagógico.** Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Novo Hamburgo, agosto de 1991.

ILLICH, I. **Educação e liberdade.** São Paulo: Imaginário, 1990.

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas.** Petrópolis: Vozes, 1985.

MOURA, C. **Brasil:** Raízes do protesto negro. São Paulo: Globo, 1983.

PERES, E. T. **Tempo da luz:** os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca pelotense. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, F.; BRITO, I.; PEREIRA, L. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03** / Nilma Lino Gomes (org.). 1.ed. - Brasília : MEC ; Unesco, 2012.